



EMBAIXADA DE ANGOLA

LISBOA-PORTUGAL

SERVIÇOS DE IMPRENSA

**RESENHA DE IMPRENSA
ANGOLANA**

30 de Agosto 2021

Conselho da República tem cinco novos conselheiros

Luanda - O Presidente da República, João Lourenço, designou, sexta-feira, cinco novas entidades para integrar o Conselho da República.

Trata-se de Alfeo Vinevala Sachiquepa, Deolinda Dorcas Zola da Graça Paulo Teca, Fernanda Renée Ulombe Samuel, Filipe Silvino de Pina Zau e Suzana Deolinda Sousa Mendes Viriato.

A Casa Civil do Presidente da República refere, em nota, que a designação dos novos conselheiros resulta da necessidade de se ajustar a composição do Conselho, em consequência da alteração constitucional operada pela Lei de Revisão Constitucional.

Integram o órgão de consulta do Chefe de Estado, o Vice-presidente da República, o presidente da Assembleia Nacional e o presidente do Tribunal Constitucional.

De igual modo, fazem parte do Conselho o procurador-geral da República, os presidentes dos partidos políticos e das coligações de partidos políticos representados na Assembleia Nacional, bem como entidades convidadas. (ANGOP)+++

PR reafirma esforço do executivo para industrialização do país

Saurimo - O Presidente da República, João Lourenço, afirmou, esta sexta-feira, que prosseguem esforços para industrializar o país e agregar valor às matérias-primas nacionais. O estadista angolano falava aos jornalistas depois de inaugurar o Pólo de Desenvolvimento Diamantífero de Saurimo, na província

da Lunda Sul, que dispõe de três fábricas de delapidação de diamantes. Disse que, a semelhança do que acontece no sector dos petróleos, com aumento e construção de refinarias, o Executivo pretende igualmente expandir a indústria diamantífera para outras regiões do país, a fim de garantir mais postos de trabalho à juventude e reduzir as assimetrias regionais.

João Lourenço anunciou que a KGK, um das fábricas inauguradas hoje, vai assegurar 600 empregos, 70 por cento dos quais para nacionais, sublinhando tratar-se de um projecto evolutivo aberto a outros empresários do ramo diamantífero.

Na sua intervenção, João Lourenço disse que o Executivo está a trabalhar no sentido de interligar o sistema eléctrico Norte ao Leste do país, para permitir a transportação de energia eléctrica das fontes de produção (barragens) às populações. Por outro lado, reiterou a aposta na criação de condições para garantir um ensino superior de qualidade em todas as províncias do país.

"Pretendemos um ensino superior de qualidade para todos os cantos do país e, a medida que vamos conseguindo recursos financeiros para o cumprimento deste desejo, vamos fazê-lo. Queremos um país desenvolvido sem discriminação, porque o Executivo não tem filhos e enteados, só tem filhos e tem que tratar todos por igual", acrescentou.

O Presidente angolano, que se faz acompanhar da primeira-dama da República, Ana Dias Lourenço, regressa à capital do país, Luanda, esta tarde. (ANGOP)+++

Primeira-dama entrega kits de diagnóstico precoce

Saurimo - A primeira-dama da República, Ana Dias de Lourenço, entregou, esta sexta-feira, em Saurimo (Lunda Sul), 12 máquinas de diagnóstico precoce de VIH/Sida à crianças e mulheres grávidas, para as províncias do Moxico, Cuando Cubango, Lunda Sul e Lunda Norte.

O equipamento, denominado "M.PIMA", serve para a realização de testes, monitoria da carga viral e diagnóstico

precoce e vai beneficiar as províncias do Moxico, Cuando Cubango, Lunda Sul e Lunda Norte. A cerimónia antecedeu o encerramento da formação de técnicos de saúde das províncias da Lunda Sul, Lunda Norte, Moxico e Cuando Cubango, em técnicas de manuseio e tratamento de pessoas padecendo com a doença, que decorreu no hospital geral, numa promoção do Instituto Nacional de Luta contra a Sida.

Na ocasião, Ana Dias de Lourenço considerou a formação oportuna, por conferir maior responsabilidade aos técnicos de saúde, de forma a corresponder às expectativas de acompanhamento integral de pessoas portadoras da doença, para reduzir de 26 para 14 por cento a taxa de transmissão, no final da campanha "Nascer Livre para Brilhar".

Sublinhou que a campanha visa eliminar a transmissão do VIH/Sida de mãe para filho e espera, com a entrada em acção do equipamento, ajudar as unidades sanitárias a evitarem mortes, bem como melhorar o sistema de testagem na região Leste, para se atingir a taxa zero da doença até 2030.

Por seu turno, a representante do Instituto Nacional de Luta contra a Sida, Bárbara Pocongo, afirmou que o equipamento permitirá o acesso rápido e seguro aos exames que avaliam a eficácia da terapia anti-retroviral, em localidades das províncias beneficiárias. (ANGOP)+++

Deputados continuam sem consenso na aprovação da Lei Orgânica das Eleições

Luanda - Os deputados da Assembleia Nacional (AN) continuam sem encontrar consensos para a aprovação, na especialidade, das alterações a Lei Orgânica das Eleições Gerais.

Excepcionalmente os deputados da 1ª, 3ª e 4ª comissões analisaram e discutiram, este sábado, capítulos ligados ao exercício do direito de voto, da inscrição consular, pessoalidade, presencialidade e unidade do voto, bem como da votação antecipada.

Durante a sessão, a deputada Mihaela Webba (UNITA) defendeu a passagem do ponto que trata da inscrição consular para a Lei do Registo Eleitoral Oficioso, um ponto de vista contrário à posição do MPLA, que detém maioria parlamentar.

"Ainda existem muitos pontos estruturantes nos quais falta consenso entre o partido no poder e a oposição", reconheceu o deputado Tomás da Silva, do MPLA. Observou que, apesar de haver pendentes, o mais importante são as cedências dos dois lados e a certeza que no fim todos sairão satisfeitos e com o sentimento de dever cumprido.

No geral, o MPLA defende, no seu projecto, a alteração de 45 artigos da Lei Orgânica das Eleições Gerais. Já a UNITA entende ser necessária a alteração de 83 artigos.

No quadro desse processo, ainda estão por debater os artigos relacionados com a prestação de contas, assembleia de voto, voto antecipado e os apuramentos provinciais e municipais.

A AN realiza, na próxima quarta-feira, a 12ª Plenária Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa para a votação final global da proposta de Lei do Banco Nacional de Angola (BNA) e alterações a Lei do Registo Eleitoral Oficioso e da Lei Orgânica das Eleições Gerais. (ANGOP)+++

SE da CPLP visita Angola segunda-feira

Luanda - O Secretário Executivo (SE) da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Zacarias da Costa, realiza uma visita oficial a Angola, entre os dias 30 de Agosto e 1 de Setembro de 2021.

Durante a deslocação Zacarias da Costa deverá ser recebido em audiência pelo Presidente da República, João Lourenço, refere em nota a organização. Angola assumiu a Presidência rotativa da CPLP na XIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, decorrida a 17 de julho de 2021, em Luanda.

O Secretário Executivo, Zacarias da Costa, assumiu as funções no dia 1 de Agosto de 2021, após ter sido eleito para o

cargo na cimeira de Luanda. A CPLP é um foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros.

Criada em 17 de Julho de 1996, a organização tem como Estados-membros Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, bem como Timor-Leste. (ANGOP)++++

Bolsa de valores de Angola realiza mais de mil negócios

Luanda - A Bolsa de Dívida e Valores de Angola (BODIVA) realizou no segundo trimestre deste ano 1.525 negócios nos mercados regulares sob sua gestão, movimentando um total de Kz 345,0 mil milhões, equivalente em USD a 537,6 milhões.

Segundo a nota de imprensa da BODIVA, a que a ANGOP teve acesso este sábado, o referido volume de negócios representa um aumento de 1,78%, face ao período homólogo.

O documento informa ainda que o montante médio mensal foi de 115,01 mil milhões kwanzas, sendo Abril, o mês em que se registou maior negociação, com cerca de Kz 146,60 mil milhões.

" O número de negócios realizados (1.525), face ao período homólogo, registou um aumento de 9,95%, com uma média mensal de 508 negócios", indica a nota.

No que concerne ao desempenho dos membros de negociação, verifica-se que, dos 27 membros BODIVA, 19 contribuíram para o montante de negociado, com realce para o BFA, BAI e SBA, que ocupam os três lugares e cujas transacções representaram cerca de 71,67% do mercado.

Fundada em 2014, a BODIVA é entidade gestora, cujas responsabilidades passam por assegurar a transparência, eficiência e segurança das transacções nos mercados regulamentados de valores mobiliários, com o objectivo de estimular a participação de pequenos investidores e a concorrência entre todos os operadores. (ANGOP)++++

PR autoriza despesa para electrificação de quatro municípios do Bengo

Por meio de um despacho, o Presidente da República autorizou uma despesa de 84,6 milhões de euros e formalizou a abertura do Procedimento de Contratação Simplificada, pelo critério material, para celebração do contrato de empreitada de obras públicas para a electrificação dos municípios de Pango Aluquém, Bula Atumba e Dembos, que compõem o Triângulo dos Dembos, e de Nambuanguo.

Em Junho, à margem da reunião do Conselho de Governação Local, durante a qual a governadora do Bengo, Mara Quiosa, apresentou preocupações sobre a falta de energia eléctrica na zona, João Lourenço visitou o Triângulo dos Dembos, tendo respondido, agora, dois meses depois, com um despacho que autoriza a instalação de redes eléctricas naquela região e no município de Nambuanguo.

"Quando chegamos à província, o município de Ambriz não estava electrificado, mas graças a algum empenho do ministro João Baptista Borges, conseguimos colocar a energia no município do Ambriz. Mas, dos seis municípios, camarada Presidente, só dois, o Dande e o Ambriz, é que têm energia. Ainda temos um défice a nível dos outros quatro", disse a governadora.

"Portanto, o nosso pedido vai directamente para a questão da obra da electrificação da zona do Triângulo dos Dembos", Mara Quiosa.

Segundo o Despacho Presidencial 128/21 de 24 de Agosto, a ministra das Finanças, Vera Daves, está autorizada a inscrever o projecto no Programa de Investimentos Públicos (PIP) e

assegurar os recursos financeiros necessários à implementação do contrato. À governadora do Bengo é delegada competência, com a faculdade de subdelegar, para aprovação das peças do procedimento, bem como para verificação da validade e legalidade de todos os actos praticados no âmbito do mesmo procedimento e celebração do contrato.

O Projecto de Electrificação dos municípios dos Dembos, Bula Atumba, Pango Aluquém e Nambuanguo, tem financiamento assegurado através do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA). No âmbito do Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM), na província do Bengo estão a ser executados oito projectos de electrificação e instalação de sistemas de iluminação nas sedes municipais e comunais, no de construção de 200 fogos habitacionais de Bula Atumba, assim como nos sectores 9, 10 e 11 do Panguila.

Atribuição do Bilhete de Identidade

O Presidente da República autorizou uma despesa de 63,4 milhões de dólares para a aquisição de 15 milhões de cartões e respectivos consumíveis, para dar resposta às necessidades dos cidadãos que não têm Bilhete de Identidade.

Num Despacho Presidencial, de 24 deste mês, citado pela Lusa, na quinta-feira, é referido que "a despesa é autorizada, considerando que, no âmbito do Programa de Massificação do Registo de Nascimento e Atribuição do Bilhete de Identidade, o Estado angolano está empenhado em assegurar o pleno exercício de cidadania, por via da emissão do documento de identificação a todos os cidadãos nacionais, residentes no país ou na diáspora".

A autorização desta despesa é, ainda, justificada com "a necessidade da adopção de um procedimento célere e desconcentrado para a tomada de decisões contratuais, tendo em atenção a preocupação do Executivo em dar resposta as necessidades dos cidadãos que não possuem Bilhete de Identidade".

"É autorizada a despesa e aberto o procedimento de Contratação Simplificada para a aquisição de 15.000.000 de

cartões e respectivos consumíveis, bem como 500 'kits' de recolha de dados biométricos e biográficos à empresa UNIPRIME, no valor global equivalente em kwanzas a 63.425.000 dólares", refere o Despacho Presidencial.

O Programa de Massificação do Registo de Nascimento e Atribuição do Bilhete de Identidade permitiu a atribuição de mais de três milhões daquele último documento, entre Novembro de 2019 e Maio deste ano, anunciou o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz, em Junho.

No mesmo período, foram efectuados 3,2 milhões de registos de nascimento e atribuídos, pela primeira vez, 1,7 milhões de Bilhetes de Identidade. O ministro afirmou, naquela altura, que o programa tinha atingido um nível de execução de emissão de Bilhetes de Identidade de 27 por cento.

Francisco Queiroz frisou que, apesar dos níveis alcançados, faltava registar 5.826.788 cidadãos e por identificar, pela primeira vez, 4.562.274.

Dinheiro para a PGR e o Supremo

O Presidente da República autorizou, na quinta-feira, créditos adicionais para o funcionamento da Procuradoria-Geral da República (PGR) e do Tribunal Supremo, no valor global de 18 milhões de euros. Um dos decretos presidenciais autoriza um crédito adicional de 6,8 mil milhões de kwanzas para fazer face às despesas de capital da PGR.

O referido crédito, para o exercício económico do ano em curso, deve ser disponibilizado em função das necessidades de pagamento e disponibilidade de tesouraria, salienta o documento.

Noutro decreto presidencial é, também, aprovada a abertura de um crédito adicional suplementar de igual montante, para as despesas de capital do Tribunal Supremo, no exercício económico do ano em curso, que deverá, igualmente, ser disponibilizado de acordo com as necessidades de pagamento e disponibilidade de tesouraria.

Antigo edifício do Planeamento O Titular do Poder Executivo autorizou, também, a despesa de 3,8 mil milhões de

kwanzas para a conclusão da reabilitação, fiscalização e apetrechamento do edifício do antigo Ministério do Planeamento. No Despacho Presidencial nº 129/21, de 23 de Agosto, João Lourenço autoriza o director do Gabinete de Obras Especiais (GOE) a celebrar a adenda ao contrato com a empresa Omatapalo Engenharia e Construção S.A, a quem foi adjudicada a empreitada.

O director do GOE deve, igualmente, celebrar a adenda ao contrato de prestação de serviços de fiscalização da mesma empreitada com a empresa Dar Al Handasah Angola. A ministra das Finanças, Vera Daves, "deve assegurar a disponibilidade dos recursos financeiros necessários à execução dos referidos contratos", refere o despacho. (J.A)++++

A hora de cedências e concessões políticas

A Assembleia Nacional vai realizar esta semana uma Reunião Plenária Extraordinária da Assembleia Nacional, para acelerar a aprovação de leis principalmente do pacote eleitoral. Em destaque estão as leis do Registo Eleitoral Oficioso e da organização das Eleições Gerais.

Nos últimos meses, a Assembleia Nacional tem dado mostras de grande diálogo com as principais bancadas grandemente engajadas no compromisso de aprovar as leis por consenso. Lamentavelmente a oposição, sobretudo a mais radical, continua nos comícios e entrevistas a acusar a maioria de falta de diálogo, em vez de reconhecer as cedências e concessões que todas as partes vêm fazendo à mesa negocial.

O MPLA tem maioria parlamentar bastante para aprovar as leis sem o acordo da oposição, mas isso sempre foi criticado por todos, por aquilo que se designou de "mau ganhar do MPLA". Por esta razão, a estratégia de aprovação por consenso é sobretudo uma atitude patriótica e dialogante da maioria parlamentar.

Como se pode verificar na vida interna de todos os partidos, não existe na política o hábito de prescindir das maiorias. Quem ganha exerce o poder e o MPLA, ao abrir mão da

sua maioria legitimamente obtida, dá um sinal de abertura política tornando a vida política muito melhor, mais respirável e o Parlamento numa verdadeira casa de negociação política.

Damos, com naturalidade, o papel de destaque à maioria parlamentar que, estando numa posição vantajosa, decidiu atender ao pedido de colocar o país em primeiro lugar. Não ficava mal à oposição reconhecer essa abertura do partido no poder, em vez de fingir que nada disso está a acontecer e ainda dar sinais ao povo de que não existe de todo, nenhum diálogo e nenhuma concertação política.

Uma segunda parte deste mérito é obviamente da oposição. Os consensos só são possíveis porque também os partidos da oposição, com a UNITA à cabeça, têm dado mostras de uma oposição construtiva e capaz de contribuir com ideias, propostas e debates para leis melhores para o país.

Na nossa democracia, nunca houve suficiente escrutínio sobre a oposição. O partido no poder esteve sempre sob a mira de todos, mas a estabilidade e a qualidade da vida política também dependem da oposição. A ausência de uma oposição firme, muito presa aos seus próprios erros e problemas internos, permitiu em certa medida que a administração e os actos do Governo se fizessem sem a fiscalização.

As cisões, as lutas internas e a ausência de projectos políticos do PRS, FNLA, CASA-CE assim como os erros estratégicos do passado da UNITA impediram os partidos da oposição de serem catalisadores das demandas e insatisfações populares. Ainda hoje esses problemas persistem e resulta daí uma enorme fragilidade na afirmação de ideias alternativas ao partido no poder.

Tem faltado sempre uma oposição competente que, ao apontar equívocos e incongruências, força-se o Governo a errar menos e administrar melhor. Ao contrario das duras críticas sobre um regime pouco dialogante, vivemos um momento político produtivo com o partido no poder mais disponível para o diálogo e mais receptivo a encontrar entendimentos e também temos uma

oposição, sobretudo a UNITA mais propositiva e mais disponível a contribuir na busca de soluções. Todos esperam agora que esse espírito, que emana da Assembleia Nacional, se passe para o discurso político, para desencorajar a crispação e ódio a quem tenha uma opinião diferente.

Se deputados de bancadas diferentes podem dialogar e chegar a entendimentos, por que razão os cidadãos não podem fazer? Por que razão têm de ser agredidos verbal e fisicamente por pensarem diferente?

De dentro dos partidos, as principais figuras e os cabos eleitorais precisam de divulgar um discurso menos confrontacional, em que o outro deixe de ser visto como o inimigo a abater.

Enquanto se negoceia no parlamento e se estabelecem bases para o futuro, os cabos eleitorais continuam a "vender" o discurso da desvalorização do outro, em que os membros do Executivo são tratados de incompetentes, corruptos e antipatriotas, dificultando que essa onda dialogante passe para o plano pessoal e individual.

Às vezes, também se vê no MPLA a tentação para o mesmo nível de discurso. Neste caso, o exemplo da Assembleia é o melhor para o país. Obviamente, a UNITA percebe que pode ser Governo e se o for, não quererá ter uma oposição de "bota-abaixo", como ela própria foi durante muito tempo.

As oposições do contra são entes obstrutivos ao crescimento do país. Do mesmo modo, o MPLA, se vencer, vai querer governar sob leis aprovadas por todos e assim oferecer mais estabilidade governativa num parlamento que se espera mais equilibrado do que o actual.

Mas mesmo que se pense que se trata de um mero tacticismo, o país agradece. Somos todos angolanos e não temos outra alternativa se não vivermos todos juntos, pense o que cada um pensar. (J.A)++++

Regiões fronteiriças com a RDC e Congo vão ter paragens únicas

A Administração Geral Tributária (AGT) assegura que, em breve, as regiões de Luvo e Luau, ambas na ligação com a RDC, e Massabi, com o Congo Brazzaville, vão ter Postos Fronteiriços de Paragens Únicas no seguimento da estratégia de facilitar as trocas e o desembarço de mercadorias nestes pontos.

Ao Jornal de Angola, a Administração Geral Tributária fez saber que a gestão coordenada de fronteiras visa a melhor articulação entre todos os órgãos do Estado que intervêm ao nível das fronteiras para efeitos de desburocratização dos procedimentos ligados à importação e exportação.

O conceito de Posto Fronteiriço de Paragem Única (PFPU) aplica-se, convencionalmente, no modal terrestre, isto é nas fronteiras terrestres entre países adjacentes.

"Pese embora existirem estudos em curso colimando a sua expansão para os demais modais (aéreo e marítimo), até à presente data, país algum logrou implementar PFPU nos modais citados. Assim sendo, os aeroportos devem manter o normal funcionamento, recorrendo-se de mecanismos de cooperação como a Gestão Coordenada de Fronteiras e outros que, eventualmente, serão implementados, como o API e o AIRCOP.

Através destes pontos, pretende-se uma maior partilha de informações antecipadas de passageiros e carga, e, concomitantemente, a redução do tempo de desembarço migratório, aduaneiro, sanitário e fitossanitário", esclarece a AGT.

"O Comité de Gestão Coordenada de Fronteiras tem como objectivo primordial assegurar a coordenação e cooperação entre os órgãos competentes que actuam ao longo das fronteiras nacionais, nos portos e aeroportos, incumbidas de missões migratórias, aduaneiras, sanitárias, fitossanitárias e policiais", conclui.

Melhoria no atendimento

Recentemente, durante uma visita de trabalho à província do Zaire, o presidente do Conselho de Administração da AGT, Cláudio Paulino dos Santos, fez saber que a morosidade no processo de desalfandegamento de mercadorias, ainda observada entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC), no posto do Luvo, e que preocupa os agentes económicos e importadores, vai ter solução.

O PCA da AGT reiterou, na ocasião, o compromisso da instituição que dirige em melhorar o atendimento no Luvo, avançando que este tema vai ser parte das prioridades traçadas, "daí estar em curso o processo de reestruturação das infra-estruturas da região".

Contudo, o gestor lembrou que as responsabilidades das fronteiras não são exclusivas da AGT, porque existem outros intervenientes, tais como as polícias de Guarda Fronteira, Fiscal, os Serviços de Migração e Estrangeiros (SME) e o de Investigação Criminal (SIC), além das autoridades sanitárias. Nisso, aproveitou assegurar que vão procurar melhorar, cada vez mais, o atendimento aos contribuintes com a tomada de posse do Comité de Gestão de Fronteira.

"Existe um programa de sensibilização destinado aos agentes económicos que foi implementado desde o ano passado, permitindo-os dialogar e exprimir as preocupações e encontrar soluções para facilitar a vida dos agentes económicos", avançou.

(J.A)++++

ADRA quer mais informação sobre a criação das autarquias

A Organização Não-Governamental Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) defendeu, em Luanda, que haja mais informação sobre a implementação das autarquias no país.

O desejo foi manifestado pelo director-geral da ADRA, Carlos Cambuta, na abertura da Conferência Nacional sobre as Autarquias Locais e Desenvolvimento de Comunidades em Angola, realizada com o objectivo de promover "um espaço de reflexão e

partilha de conhecimentos sobre o processo autárquico". Para o líder associativo, muitos angolanos continuam a manifestar dúvidas e receios sobre a implementação do poder local, por falta de informação.

Carlos Cambuta disse que a ADRA está a implementar dois projectos de educação cívica autárquica, com apoios financeiros da União Europeia e da Fundação Hanns Seidel, ambos alcançando 6.335 pessoas com capacidade eleitoral, em 14 municípios das províncias do Huambo, Benguela, Bié, Cuando Cubango, Luanda e Malanje.

Segundo Cambuta, durante as sessões de educação cívica, que decorrem em palestras, seminários e conferências municipais, simulações sobre como votar, entre outras formas, têm sido levantadas "enormes questões sobre o processo de implantação de autarquias locais em Angola", sem terem "respostas satisfatórias por parte de facilitadores, devido à sua complexidade".

Enumerou questões como "qual o ponto de situação sobre as autarquias no país", nomeadamente o que foi feito, o que está a ser feito, o que falta fazer, qual a calendarização conducente à implementação das autarquias no país, em que aspecto concreto os cidadãos elegíveis podem ajudar.

O secretário de Estado para as Autarquias Locais, Márcio Daniel, no discurso de abertura do evento, disse que foram preparadas várias leis pelo Executivo, já submetidas ao Parlamento, algumas das quais aprovadas por consenso, realçando o "espírito de abertura colaborativa no processo da sua aprovação".

"Antecedeu-lhes um amplo processo de consulta pública, que permitiu introduzir nas propostas de lei um conjunto de atributos que derivaram directamente da contribuição dos cidadãos e da sua participação no processo da elaboração", indicou o governante, em declarações emitidas pela Rádio Nacional de Angola.

Márcio Daniel salientou que, do ponto de vista das infra-estruturas necessárias para o funcionamento das autarquias locais, o Executivo desembolsou, através do Fundo Soberano de Angola dois mil milhões de dólares "para permitir que surgissem, nos municípios, um conjunto de iniciativas", seja de âmbito central e local, que "vão dar mais vida aos municípios". (J.A)++++

PAPE criou mais de 22 mil postos de trabalho

O Plano de Acção para a Promoção da Empregabilidade (PAPE) criou, desde Setembro de 2020, mais de 22 mil postos de trabalho directos em todo o país, revelou, sexta-feira, no município do Andulo, Bié, o director Nacional do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS).

Leonel Bernardo sublinhou que, no município do Andulo, o Plano criou 913 postos de trabalho para quem recebe kits de trabalho para o fomento do emprego dentre os jovens.

Leonel Bernardo frisou que a meta é beneficiar 42 mil pessoas com kits de trabalho. Ao todo, 5.132 jovens já receberam. "Desde o relançamento do programa, em Setembro de 2020, foram, igualmente, contemplados 44.923 jovens com micro-crédito e criados 22.922 postos de trabalho em todo o país", afirmou.

Na província do Bié, nesta segunda fase, foram concedidos 140 micro-créditos, entregues 190 kits profissionais e celebrado um acordo entre o MAPTSS e empresas locais para facilitar estágios aos jovens recém-formados no Sistema Nacional de Formação Profissional de Educação.

"O PAPE é um programa de âmbito nacional, que visa fomentar e apoiar o espírito de iniciativa dos empreendedores, fundamentalmente jovens e mulheres, valorizar as profissões, através da atribuição de carteiras profissionais e dar oportunidade de estágio aos jovens recentemente formados em diversos centros de formação técnico-profissional", disse.

(J.A)++++

Refugiados pretendem criar cooperativa agrícola

Refugiados em Angola apostam na agricultura para a melhoria das suas condições de vida, numa área de mais de 80 hectares, no município de Icolo e Bengo, em Luanda, cedida pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU).

Segundo o coordenador geral dos refugiados em Angola, Kopel Mussengele, a ideia é criar uma cooperativa para benefício dos refugiados, que propicie rendimentos e emprego, para cerca de 180 famílias, numa primeira fase.

Kopel Mussengele acrescentou que, uma vez estarem integrados na comunidade angolana, os refugiados estão dispostos a resolver os seus problemas básicos, ao invés de dependerem apenas de doações. "Não favorece viver sempre de mãos estendidas, por isso solicitamos espaço para o cultivo, já que neste momento o país tem incentivos para a agricultura familiar, no âmbito da diversificação da economia e redução da pobreza".

O coordenador geral dos refugiados em Angola deu a conhecer que, além da área de Icolo e Bengo, existem os campos do Máua, na província do Cuanza-Norte, e de Cacanda, no Cuanza-Sul, que serão reactivados. "São mais de 100 hectares, onde, até 1987, os refugiados praticavam a agricultura, mas tinham sido abandonados, devido ao conflito armado".

Os refugiados a serem integrados em projectos agrícolas, referiu, na sua maioria são mulheres, sobretudo viúvas, e, nos seus países, já trabalhavam no campo. Kopel Mussengele disse que a comunidade de refugiados aplaude o projecto, pois tem a garantia de alimentação e obtenção de meios para suprir as despesas com a saúde e educação, com a venda dos produtos do campo.

"A ajuda do Governo angolano tem um impacto directo na comunidade, porque vai ajudar a dar solução a vários problemas dos refugiados, como acontece no campo agrícola do Lóvua, na província da Lunda-Norte, onde melhorou, por exemplo, a

questão da alimentação e esperamos que aconteça o mesmo nas outras províncias", disse. O coordenador geral dos refugiados em Angola solicita material de construção, como chapas, para a construção de casotas, bem como tractores, charruas, enxadas, catanas, sementes e fertilizantes.

Os refugiados, garantiu, querem apostar também na criação de animais, como ovelhas, coelhos, cabritos, entre outros. Nomeado coordenador regional em 2019, em Addis Abeba, Kopel Mussengele disse que pretende-se mostrar a nível de África que os refugiados podem contribuir para o desenvolvimento das comunidades e do país.

Preocupações

Kopel Mussengele aponta que existem em Angola mais de 14 mil refugiados e acima de 30 mil requerentes de asilo, de 22 nacionalidades. Em Luanda, refere, os refugiados estão espalhados por vários bairros localizados em Viana, Grafanil, Hoji-Ya-Henda, Golfo, bairro Popular e Benfica.

A maior parte dedica-se ao comércio, mas outros incentivos têm sido feitos para que os refugiados integrados nas comunidades sejam auto-suficientes e ter sustento para as suas famílias.

Os refugiados em Angola, disse, têm beneficiado, também, de cursos de artes e ofícios e incentivos para criarem pequenos negócios. Como preocupação, apontou o aumento do número de casos de tuberculose, que afecta, actualmente, 70 famílias, devido à má alimentação.

Segundo Kopel Mussengele, por causa da distância até a unidade hospitalar mais próxima, muitos abandonam o tratamento. A língua, lamentou, tem dificultado a compreensão das orientações dos técnicos de saúde que visam prevenir certas doenças.

Segundo Kopel Mussengele, em Julho houve mais de sete óbitos de refugiados por tuberculose, no bairro Gika, no município de Viana, e os casos de malária e de VIH/Sida tendem a aumentar. (J.A)++++

Kwanza ganha terreno ao dólar norte-americano

O Kwanza apreciou-se 0,5 por cento ante o dólar norte-americano, entre 30 de Julho e 24 de Agosto, período em que a taxa de câmbio passou de 646,46 para 642,63, segundo dados do Banco Nacional de Angola.

Este indicador revela que entre Julho e Agosto, em cada 1.000 kwanzas gastos, por exemplo, o cidadão ganhou meio kwanza comparativamente aos meses anteriores.

Numa altura em que o dólar voltou a ser moeda de paridade nas operações cambiais, depois de longos anos de ausência, substituída pelo euro, era esperada uma constante alta pressão ao Kwanza, que acaba por ser beneficiada, segundo leitura dos mercados, pela valorização do preço do barril de petróleo, do fraco comércio internacional e das medidas mais restritivas adoptadas pelo BNA.

Em Fevereiro deste ano, um cenário igual deu-se quando o Kwanza apreciou 0,7 por cento. Em certo período, a moeda nacional saiu de 648,37 para 647,91. Este cenário favorece a moeda nacional e dá mais peso aos depósitos retidos no sistema bancário sem perder de vista que a maior disponibilidade de divisas combina com a maior estabilidade dos preços dos leilões de moeda.

Meses depois, isso na transição Abril e Maio, o Kwanza teve uma queda expressiva ao desvalorizar-se acima dos cinco por cento ante ao dólar. Esta tendência acabava por contrariar a dos quatro meses anteriores, momento que só se registava ganho na paridade entre as moedas.

Na semana finda, o BNA fez saber que os depósitos em moeda estrangeira nos bancos comerciais apresentam uma tendência decrescente nos últimos seis anos.

Segundo detalhou, a 31 de Janeiro de 2015, os depósitos em moeda estrangeira situavam-se em 15,5 mil milhões de dólares norte-americanos, ao passo que a 30 de Junho de 2021 reduziram para 10,5 mil milhões de dólares norte-americanos, menos 5,0 mil milhões.

A volatilidade dos depósitos em moeda estrangeira é devida, em grande parte, à volatilidade do preço de petróleo que afecta directamente os depósitos das empresas petrolíferas e do Tesouro Nacional no sistema bancário. (J.A)++++

MPLA prepara as estruturas de base com vista à vitória

Albino Carlos, coordenador do grupo de acompanhamento do secretariado do Bureau Político do MPLA para a província de Malanje, destacou, no sábado, o fortalecimento da democracia interna e a vitalidade das organizações de base do partido, rumo à vitória nas próximas eleições gerais.

Ao falar à margem da XIII conferência de balanço e renovação de mandatos do Comité Municipal de Malanje do MPLA, o político afirmou que as organizações de base e os militantes do partido estão fortes e dispostos em vencer o pleito do próximo ano.

O MPLA, disse, está a preparar ao pormenor os comités de acção, militantes em geral, bem como a fortalecer a inserção do partido nos diversos sectores da sociedade.

O também secretário do Bureau Político do MPLA para a Política Social referiu que o partido não está preocupado com as demais forças políticas, mas empenhado em lançar as bases para as próximas eleições e na resolução dos grandes problemas que enfrenta a população, tendo em conta a actual crise económica e financeira que o mundo está a enfrentar, agravada pela pandemia da Covid-19.

Ao intervir no acto de encerramento da conferência municipal de balanço e renovação de mandatos, o segundo secretário provincial de Malanje do MPLA, Manuel Carvalho da Costa, felicitou o primeiro secretário municipal de Malanje do MPLA, João de Assunção, pela recondução ao cargo.

Manuel da Costa considerou que a conferência reforçou a coesão do partido e tratou de assuntos relativos à justiça social e acções do Executivo no combate à corrupção e outros males que enfermam a sociedade. No encontro, foram, ainda, eleitos

quatro membros ao Comité provincial do MPLA, 76 delegados para a 12ª Conferência Provincial e 12 ao VIII Congresso Ordinário do MPLA, a ser realizado em Dezembro, em Luanda.

Conferências municipais decorreram pelo país

O MPLA realizou, no sábado, conferências municipais de renovação de mandatos, um pouco por todo o país. No Zaire, as conferências foram realizadas nos seis municípios da província, nomeadamente Mbanza Kongo, Soyo, Nzeto, Tombolo, Nóqui e Cuimba.

Em geral, os militantes reiteraram a determinação de continuarem a trabalhar nas acções de mobilização para o crescimento das fileiras do partido, tendo em vista as eleições gerais de 2022.

Durante os encontros, nos quais foram reconduzidos os primeiros secretários dos comités municipais, os delegados analisaram vários assuntos ligados à vida interna do partido e à situação sócio-económica da região, além de terem sido informados sobre o decurso de alguns projectos de impacto social, com destaque para o Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

Os encontros elegeram, igualmente, delegados à décima conferência provincial do MPLA, bem como pré-candidatos ao VIII Congresso Ordinário do partido, a realizar-se em Dezembro próximo, em Luanda.

No Bengo, também houve a renovação nos seis municípios da província. Anastácia Vasconcelos, Maria Gomes, Cândido Cadifete, Fonseca Canga, Domingos Lourenço e Sebastião Falo foram eleitos para os cargos de primeiros secretários municipais do MPLA no Ambriz, Bula Atumba, Dande, Dembos, Nambuângongo e Pango Aluquém, respectivamente.

Rosalina Kassissa foi eleita primeira secretária municipal do Lobito do MPLA, durante a conferência testemunhada pelo primeiro secretário provincial do partido.

Na ocasião, Luís Nunes disse que O MPLA continua dedicado e firme na execução das tarefas que têm como objectivo

resolver os problemas da população, no âmbito do aumento das condições sociais básicas e garantir a qualidade de vida para todos".

Exortou todos os quadros do partido a primarem pela "camaradagem democrática" e desenvolverem um trabalho de equipa, considerando que estas são ferramentas necessárias, para "o reforço nas acções de mobilização, para que se vençam os desafios futuros e se mantenha sempre aceso o facho do partido". (J.A)++++